



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
COLÉGIO DE DIRIGENTES
Avenida Rio Branco, 50 – Santa Lúcia – 29056-255 – Vitória – ES
27 3357-7500 – ramal 1070

Ata da reunião do Colégio de Dirigentes do Ifes

23 de março de 2018

No dia vinte e três de março de dois mil e dezoito, reuniu-se o Colégio de Dirigentes do Instituto Federal do Espírito Santo, às nove horas, na Fábrica de Ideias, sob presidência do Reitor Jadir José Pela, com a presença dos seguintes membros: da Pró-reitoria de Extensão, Sr. Renato Tannure Rotta de Almeida; da Pró-reitoria de Pesquisa e Pós-graduação, Sr. André Romero da Silva; da Pró-reitoria de Ensino, Sra. Adriana Piontkovsky Barcellos; da Pró-reitoria de Desenvolvimento Institucional, Sr. Marcelo Tedoldi Machado; do Centro de Referência em Formação e em Educação a Distância, Sra. Danielli Veiga Carneiro Sondermann; da Diretoria de Gestão de Pessoas, Sr. Wallace Cassaro; da Diretoria de Tecnologia da Informação, Sr. Johnathan Dezan Vago; da Diretoria Executiva, Sra. Ana Maria Quirino; do *campus* Alegre, Sra. Maria Valdete Santos Tannure; do *campus* Aracruz, Sr. Leandro Bitti Santa Anna; do *campus* Barra de São Francisco, Sr. José Alexandre de Souza Gadioli; do *campus* Cachoeiro do Itapemirim, Sr. Edson Maciel Peixoto; do *campus* Centro-Serrano, Sr. Wagner Poltroniere Entringer; do *campus* Colatina, Sr. Octávio Cavalari Júnior; do *campus* Guarapari, Sr. Gibson Dall’Orto Muniz da Silva; do *campus* Itapina, Sr. Fábio Lyrio Santos; do *campus* Linhares, Sra. Sandra Mara Mendes da Silva Bassani; do *campus* Montanha, Sr. André dos Santos Sampaio; do *campus* Nova Venécia, Sr. Anderson Rozeno Bozzetti Batista; do *campus* Piúma, Sr. Marcelo Fanttini Polese; do Polo de Inovação Vitória, Sr. Marcelo Lucas Pereira Machado; do *campus* Santa Teresa, Sra. Walkyria Barcelos Sperandio; do *campus* São Mateus, Sr. Aloísio Ramos da Paixão; do *campus* Serra, José Geraldo Neves Orlandi; do *campus* Venda Nova do Imigrante, Sr. Aloísio Carnielli; do *campus* Viana, Sra. Edna dos Reis; do *campus* Vila Velha, Sr. André Assis Pires; do *campus* Vitória, Sr. Hudson Luiz Côgo. O Presidente abre a reunião, cumprimenta os presentes, a seguir faz leitura da minuta da pauta, com os seguintes itens: **1. Informes (eleição Conselho Superior); 2. Apreciação processo 23147.000844/2015-86 – alteração no regimento interno do CEP – Comitê de Ética em Pesquisa; 3. Apreciação do Regimento do Fórum dos Diretores de Pesquisa; 4. Apresentação do professor Lukas Murphy, pela Assessoria de Relações Internacionais; 5. Apreciação processo 23543.000145/2017-25 – oferta do Curso de Graduação em Administração do *campus* Barra de São Francisco; 6. Apreciação processo 23147.005629/2017-33 – proposta de alteração na resolução 29/2013 – regulamento interno da CPA Ifes; 7. Apreciação da alteração da Resolução 54/2013 que aprova o Regulamento da Comissão Interna de Supervisão; 8. Apreciação da alteração do Regimento do Conselho de Gestão do *campus* Colatina; 9. Comissão para elaboração da Política de Atenção à Saúde e Segurança no trabalho dos servidores do IFES; 10. Informações Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional: a) Controle de distribuições de cargos e remoções; b) Recomposição da força de trabalho da Audin; 11. Informações Pró-Reitoria de Ensino: a) Contratação de profissionais para atendimento especializado; b) Portaria 17; c) PIT; d) Reforma do Ensino Médio.** O Presidente solicita que os presentes façam um esforço

para que todos os itens da pauta sejam analisados nas 3 horas previstas pela reunião, destacando que normalmente as reuniões do Colégio de Dirigentes tinham 2 horas de duração. Destaca que esta é a primeira reunião que vai presidir, enfatizando que na reunião de 10 de novembro de 2017 já tinha sido nomeado Reitor, no entanto, em função do processo de transição da gestão, a Pró-Reitora Adriana foi a responsável pela condução daquela reunião. Acrescenta que a ata está sendo finalizada e, possivelmente, será apresentada na próxima reunião do Colégio de Dirigentes. Relata que esta reunião obedecerá a ordem dos itens de pauta, destacando que a servidora Érica fará uma breve apresentação sobre o Integra Ifes, e pergunta se algum dirigente gostaria de inserir algum item. O dirigente Aloísio Carnielli solicita a inserção do assunto distribuição de computadores e DTI. O Presidente, a seguir, apresenta os novos membros da gestão, a diretora executiva, sra. Ana Maria Quirino, e o diretor da Gestão de Pessoas, sr. Wallace Cassaro. Ambos diretores se apresentam e se colocam à disposição dos presentes. O Presidente abre o **item 1** e relata que o mandato atual dos conselheiros se encerra em 15/07/2018 e por isso é necessário realizar as eleições e homologar o resultado até o mês de julho. Divulga a intenção de iniciar o processo em abril de 2018, destacando que o Diretor-Geral tem uma participação decisiva no processo, visto que indica e designa a comissão eleitoral do *campus*, além de produzir outros atos institucionais. Informa que foi produzido um plano de ação com todas as atividades necessárias bem como seus responsáveis, o qual será encaminhado para os dirigentes para que avaliem e apresentem possíveis contribuições até a próxima reunião do Conselho Superior, no dia 6 de abril. A seguir, passa a palavra para a servidora Erica que, ao se apresentar, destaca sua lotação na ACS, no cargo de produtora cultural, cujas atividades estão relacionadas com a organização de eventos. Declara que está na coordenação do Integra Ifes, presidindo a comissão central. Enfatiza que o evento é fruto de uma solicitação do Reitor, destacando que a ideia principal é proporcionar um espaço em que possam ser discutidos assuntos inerentes à Instituição. Acrescenta que o evento terá como público-alvo os coordenadores, gestores e responsáveis por área, e contará, em média, com 700 pessoas, e que terá como objetivo integrar a Instituição, coincidindo com a semana nacional de Ciência e Tecnologia. O Presidente destaca que é um evento de integração no qual será possível debater problemas institucionais e propor soluções, enfatizando que a ideia surgiu durante a Reditec, quando se percebeu que os servidores não tinham a oportunidade de fazer um debate institucional como os dirigentes podiam fazer na rede. Declara que não se deve confundir o Integra Ifes com a Reitoria Itinerante, visto que esta é uma demanda institucional, enquanto aquele é um espaço para debate. Destaca que o Integra Ifes é uma proposta da Reitoria, que estará em fase de experimentação, e que a partir desse piloto, muitas questões serão reconsideradas, mas a pretensão é que ele seja realizado anualmente em *campi* distintos, proporcionando, assim, a integração de ensino, pesquisa e extensão. Declara que ainda não foi definido o tema para o Integra Ifes, exemplificando que o fato da Instituição completar 10 anos pode ser o mote escolhido. Acrescenta que esse panorama sobre o evento tem a intenção de proporcionar aos dirigentes uma ideia do que se trata, que deve ser realizado em outubro, na semana nacional de Ciência e Tecnologia, destacando a procura por um reconhecido palestrante para engrandecer o evento, que caso tenha uma avaliação positiva, será inserido, anualmente, no calendário de atividades institucionais. A servidora Érica relata que foi designada uma comissão organizadora e uma comissão temática que está estudando os possíveis temas, destacando que no mês de outubro seja utilizado com atividades do evento, por isso, é necessário que os *campi* se organizem nesse sentido. O dirigente André parabeniza a iniciativa, e sugere que o *campus* Montanha, caso o evento tenha avaliação positiva, seja escolhido como espaço institucional para receber a segunda Integra Ifes, justificando que a região norte do Espírito Santo sempre foi prejudicada na definição de políticas públicas no que se refere a uma educação de qualidade. O Presidente solicita que

a sugestão do dirigente André seja registrada e pergunta se algum outro dirigente tem alguma dúvida, encaminhamento ou sugestão sobre o evento. A dirigente Walkyria destaca que uma proposta temática ampla seria muito interessante, sugerindo que se faça uma pesquisa entre os dirigentes para se estabelecer um tema, destacando que ele deve estar inserido no contexto do Espírito Santo, visto que, nos últimos dez anos, ou seja, desde a criação do Instituto Federal do Espírito Santo, houve muitas conquistas. O dirigente André destaca que o tema da Semana Nacional de Ciência e Tecnologia é Ciência para a Redução das Desigualdades. O dirigente Aloísio Carnielli destaca que, em função do tema da Semana Nacional de Ciência e Tecnologia, seria interessante que o Integra Ifes seguisse a mesma linha, aproveitando a oportunidade para divulgar alguns projetos institucionais que estão sendo desenvolvidos. O Presidente esclarece que essa ação está incluída no rol de boas práticas institucionais. O dirigente Wagner destaca que alguns setores, visto a ausência de FG, não tem coordenadores, e sim, responsáveis, por isso, sugere que a comissão trabalhe não apenas com os coordenadores, mas também com os responsáveis por setores. O Presidente destaca que será um evento para mais de 1.000 pessoas que será realizado na Fábrica de Ideias. O dirigente Marcelo estima que haverá por volta de 1.400 pessoas em virtude da transição de participantes. O Presidente abre o **item 2** e passa a palavra para o Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação, professor André Romero, que destaca que essa alteração foi baseada nas demandas no Conselho Nacional de Pesquisa que envolvem seres humanos e animais. Destaca que foram avaliadas as demandas judiciais, e que as alterações ocorreram no artigo 6º, no artigo 16, artigo 22, artigo 25 e artigo 46. A dirigente Danielli destaca que o documento foi apresentado aos docentes do Cefor e eles questionaram a responsabilidade do orientador em submeter ou fazer parte do projeto, conforme destaca o parágrafo único do artigo 46. O Pró-Reitor André destaca que essa alteração foi uma exigência do Conep para se acessar a plataforma. O dirigente Edson questiona a responsabilidade do orientador pela submissão do projeto. O Pró-Reitor André destaca que os projetos que são submetidos ao Cep são, segundo a legislação do Conep, de responsabilidade do orientador. O dirigente Gadioli destaca que há reclamações sobre problemas de protocolo, no entanto, destaca que essas alterações tiveram início há dois anos, ou seja, houve tempo suficiente para se adequar. O Colégio de Dirigentes manifesta-se favoravelmente às alterações no regimento interno do CEP – Comitê de Ética em Pesquisa. O Presidente abre o **item 3** e passa a palavra para o Pró-Reitor André Romero que relata que, apesar da existência das Câmaras de Pesquisas, as demandas dos diretores de pesquisas às vezes não são discutidas. Acrescenta que a PRPPG não possui nenhum fórum para discutir ações e como já existem os fóruns de diretores de ensino, de administração, que são instâncias meramente consultivas, o fórum de diretores de ensino terá funcionalidade idêntica. Assim, acrescenta que seu funcionamento se dará exclusivamente por demanda, com o intuito de definir critérios para que haja uma igualdade e uma padronização institucional para as pesquisas; destaca que as reuniões estão orientadas para serem realizadas a distância, divulgando a intenção de que este fórum se utilize de ferramentas de *web* conferência. O dirigente Hudson destaca que a criação do fórum é demanda legítima, no entanto, relata que o documento carece de ajustes, sugerindo que o texto seja encaminhado para as câmaras de pesquisa, Cepe e que, somente após, volte para o Colégio de Dirigentes, enfatizando que estes ajustes são de ordem de texto, com repetição de parágrafos, dentre outros detalhes. O Pró-Reitor André responde que o documento foi discutido na Câmara de Pesquisa e Pós-Graduação, mas não foi ao Cepe, prontificando-se a receber as sugestões e adequar o texto no que for pertinente. O dirigente Aloísio Carnielli destaca a necessidade de criação deste fórum, no entanto, expressa sua preocupação com a disponibilização de recursos para diárias e passagens, enfatizando que, para os *campi* da

Grande Vitória, a situação é mais simples, mas para os *campi* do interior, há um custo relevante, e diante da atual situação orçamentária, qualquer nova despesa é muito preocupante. O Pró-Reitor André reafirma a intenção de que as reuniões sejam realizadas a distância, dispondo-se a explicitar tal condição no regulamento. O diretor Gibson sugere que o texto especifique que as reuniões serão “preferencialmente a distância”, argumentando que a totalidade delas nessa modalidade poderia inviabilizar alguma discussão. O dirigente Carnielli alerta que tal situação deve ser pensada não apenas para esse fórum, mais sim para todos os outros. A dirigente Maria Valdete concorda com a criação do fórum, mas enfatiza a necessidade de que suas reuniões sejam realizadas a distância, destacando que o *campus* Alegre está construindo um ambiente propício para *web* conferência, e enfatiza que, além da redução de custos, o ambiente virtual minimiza o risco de acidentes, visto as condições das estradas, além de diminuir o desgaste dos servidores. Diante dos impasses apontados pelo dirigente Hudson, o Colégio de Dirigentes decide nomeá-lo como relator da minuta, incumbindo-o de apresentar relatório sobre o Regimento do Fórum dos Diretores de Pesquisa na próxima reunião do Colégio de Dirigentes, a ser realizada no dia 27 de abril de 2018. O Presidente abre o **item 4** e passa a palavra para a assessora de relações internacionais, professora Verônica Barreto Rangel, que ao cumprimentar os presentes, apresenta o professor Lukas Murphy, explicando que ele está no Ifes para participar de um projeto em parceria com o Consulado e Embaixada Norte Americana, que pretende ofertar matérias técnicas em língua inglesa, ou seja, uma internacionalização do currículo. Passa a palavra para o professor Lukas, que se apresenta aos dirigentes, destacando a felicidade por estar presente, apresentando sua formação e enfatizando a participação da Embaixada Norte Americana na concretização do projeto. A assessora Verônica destaca que os custos da estadia do professor estão sendo arcados pela Embaixada e pelo Consulado Norte-americano, que são localizados no Rio de Janeiro, e explica como se iniciaram as tratativas para o projeto. Relata que projetos como esse são uma necessidade do Ifes e da Rede Federal, divulgando que o prazo para sua realização estende até dezembro e manifesta sua vontade para que ele seja prorrogado. Solicita apoio aos dirigentes para que o projeto possa ter sucesso em âmbito institucional, destacando que ações serão realizadas *in loco*, com o intuito de se trabalhar com professores, alunos e servidores, divulgando a intenção de se realizar um *workshop* com os professores. Destaca a necessidade institucional de se internacionalizar, enfatizando que há uma interpretação superficial sobre o termo, que é muito mais abrangente, vide os efeitos mundiais da globalização, acrescentando que haverá um diálogo internacional no Integra Ifes. Destaca que já há acordos firmados e que alguns professores estão se preparando para ofertar suas disciplinas em inglês, sendo o piloto no *campus* Vitória, na área de engenharia, enfatizando que não é apenas ofertar a disciplina na língua inglesa, pois há muitas outras questões envolvidas, tais como os acordos e os planos de trabalho. Faz um breve relato sobre a importância da internacionalização na Instituição, destacando que a força de trabalho que domina o inglês é vital para a economia nacional. Informa que a metodologia a ser utilizada no projeto é a abordagem CLIL, destacando que há dois modelos: um em que o conteúdo e língua são dados em dias distintos e outro em que se trabalha simultaneamente o conteúdo da disciplina e a língua. Apresenta a proposta de auxiliar os professores de língua e conteúdo, por meio de *workshops*, destacando que a parte conceitual do CLIL pode ser conjugada com tecnologias ativas, e enfatizando que a Arinter vai dar feedback das atividades realizadas. Relata que a Embaixada Norte-Americana exige que o professor Lukas participe de outros eventos, e que isso será uma oportunidade de divulgar esse projeto em outros lugares. O dirigente Gadioli relata que participou, com o professor Tadeu Pissinati, há algum tempo de um intercâmbio no estaleiro Jurong, destacando que foi um projeto de sucesso. Relata que em Barra de São Francisco há um projeto semelhante, mas com as pedreiras, vide a vocação para rochas ornamentais da região, acrescentando que se constitui

como uma oportunidade para os alunos do Ifes irem para o exterior, a partir de setembro, e destaca que, um vendedor sênior, que domine a língua inglesa, tem salário de aproximadamente 15 mil reais, por isso, disponibiliza o *campus* Barra de São Francisco para participar do projeto de internacionalização da Arinter. A dirigente Sandra destaca que o IFAM estava coletando informações sobre a internacionalização no Brasil, e que eles não tinham os dados do Ifes, assim, acrescenta que ficou responsável por repassar as informações e a partir disso, com a participação da professora Verônica, produziram um artigo de 12 páginas, pelo qual se pode perceber todo o trabalho de internacionalização realizado pelo Ifes. O professor Tadeu Pissinati se apresenta como presidente da comissão responsável por implantar e adequar institucionalmente a Fábrica de Ideias, e como anfitrião, dá boas-vindas aos presentes. Agradece ao dirigente José Orlandi por disponibilizar uma pessoa do *campus* Serra, professora Jordana, que será responsável pela internacionalização, exemplificando programas bem-sucedidos de internacionalização em que participou. Informa que o projeto de parceria com o estaleiro Jurong irá para o seu sexto ano, destacando que 120 alunos e 8 docentes de 4 ou 5 *campi* participaram desse projeto cuja competência está sendo transferida e beneficiando diretamente a indústria capixaba. Destaca que, dentre os egressos desse programa, há um ex-aluno de 22 anos que hoje coordena uma equipe de 120 pessoas, tarefa que necessita uma competência altíssima e que tem o diploma de técnico. Divulga que há 3 projetos internacionais importantíssimos no qual está trabalhando e solicita apoio dos dirigentes, visto que somente em conjunto se pode alcançar êxito institucional, exemplificando os programas, enumerando os benefícios institucionais, bem como as dificuldades. A assessora Verônica responde ao dirigente Gadioli que o *campus* São Mateus, por meio do excelente trabalho realizado pela professora Nágila e pela proximidade com o *campus* Barra de São Francisco, podem auxiliá-lo no projeto das pedreiras. Destaca ações como a do professor Lauro, do *campus* Viana, que iniciou o projeto CLIL para o ensino médio, com a professora de inglês. Enfatiza que a Arinter, desde o evento WFCP, tem muitas demandas, e que não tem condições de atender todos os *campi*, visto que é necessário estrutura física, ou seja, um escritório de internacional e também servidores, mas, apesar das dificuldades, destaca o apoio recebido de professores de língua e demais servidores. O dirigente Orlandi parabeniza o projeto, destacando a dificuldade de proporcionar uma bolsa internacional de estudo para um aluno, uma vez que a política internacional não permite, assim, diante desse impasse, questiona qual a estratégia está sendo adotada para suprir ou superar problemas dessa natureza, uma vez que não temos bolsas para custear essas estadias. A assessora Verônica responde que internamente procura-se resolver esse problema recorrendo às agências de fomento, mas destaca a necessidade de haver uma linha de recursos para essas ações, exemplificando a própria situação do professor Lukas, visto que, se o consulado norte-americano não custeasse suas despesas, o Ifes não seria beneficiário desse projeto, uma vez que não há uma fonte de recursos para a internacionalização. O Colégio de Dirigentes manifesta-se favoravelmente ao projeto de internacionalização do currículo. O Presidente abre o **item 5** e passa a palavra para o dirigente Gadioli que inicia sua apresentação com a leitura de um texto de Mário Sérgio Cortella, justificando que as palavras do filósofo exemplificam a luta do *campus*, relatando que o processo do curso surgiu, indiretamente, por uma ação do prefeito que não permitiu que o integrado funcionasse, visto que requeria a utilização em tempo integral de um imóvel da prefeitura. Destaca que o *campus* está indo para o seu terceiro ano, formando mais de 100 alunos e que hoje passa por um processo de verticalização por meio desse projeto que foi iniciado pelo professor Jean Ruby e outros mais. Relata que ao tramitar na câmara de graduação foi solicitado algumas alterações que já foram atendidas e destaca que esse curso será o primeiro no noroeste do Espírito Santo em um raio de 80 km, enfatizando que não será necessário qualquer investimento com estrutura ou mobiliário. Relata que já havia sido realizado a aquisição de uma biblioteca, a partir do projeto de

escola nova, que é um projeto de longo prazo. Destaca que, no caso da infraestrutura, foram adquiridos 11 kit multimídias, enfatizando a adaptação para a acessibilidade realizada no imóvel, bem como a aquisição de bebedouros, tudo pensando no *campus* novo. Declara que todos esses investimentos que serão utilizados no curso superior não serão perdidos e que os docentes serão os do próprio *campus* e em parceria multicampi. Estipula que haverá uma concorrência em torno de 8 a 10 candidatos por vaga, para 40 vagas. O dirigente André parabeniza o trabalho do diretor Gadioli e do *campus* Barra de São Francisco, destacando que a região noroeste tem uma grande deficiência de bolsas de pesquisa. O Colégio de Dirigentes manifesta-se favoravelmente à oferta do Curso de Graduação em Administração do *campus* Barra de São Francisco. O Presidente abre o **item 6** e passa a palavra para o servidor Dennis que relata que a Comissão Interna de Supervisão – CIS é responsável por orientar e fiscalizar o Plano de Cargos e Carreiras dos Técnico-administrativos e que o Ifes, desde 2016, está sem a CIS. Acrescenta que ano passado foi feita uma eleição e o edital foi impugnado. Declara que, em parceria com o servidor Renato da CLC, foi realizado um estudo minucioso da atual resolução que regulamenta a CIS, acrescentando que foram verificadas muitas inconsistências, principalmente sobre o quantitativo de seus membros. Apresenta as alterações que estão sendo propostas, em contraponto com as definições da Resolução 54/2013, destacando as contradições do texto institucional para com as normas legais. Ao ser questionado pelo dirigente Marcelo Lucas a respeito da ausência do Polo de Inovação, o servidor Dennis relata que ele pode ser incluído no parágrafo único, na Reitoria, uma vez que ele não tem Uasg. Explica que o artigo 18 separa a CIS local e CIS central, informando que, legalmente, não há necessidade de existir essa separação. Enfatiza a urgência de se convocarem as eleições para a CIS, uma vez que há comissões que dependem de membros da CIS, como a Comissão Permanente de Flexibilização, destacando ainda que sem a CIS os servidores Técnico-administrativos ficam descobertos de um amparo institucional. Ao ser questionado pelo dirigente Hudson sobre o formato do processo eleitoral, o servidor Dennis relata que na atual resolução, há uma etapa direta e outra indireta; no entanto, acrescenta que nas alterações propostas, as eleições passam a ser unicamente diretas. O dirigente Hudson sugere a exclusão do artigo 4º, justificando que o texto permite a criação de subcomissão. O servidor Dennis enfatiza o uso do verbo “poderão”, destacando que o edital de eleição será o responsável por determinar o quantitativo de representantes da CIS. O dirigente Hudson, então, sugere que seja incluída, no artigo 4º, a expressão “obedecer as regras estabelecidas pelo edital”. Ao ser questionado, pela dirigente Maria Valdete, sobre a possibilidade de estipular, no edital, uma representação regional, o servidor Dennis declara que o edital de eleição deve ser construído em conjunto com o sindicato, trazer o Colégio de Dirigentes, e assim, tais propostas poderão ser incluídas. O Colégio de Dirigentes, incluindo suas considerações, manifesta-se favoravelmente às propostas de alteração da Resolução 54/2013, que aprova o Regulamento da Comissão Interna de Supervisão. O Presidente abre o **item 8** e passa a palavra para o dirigente Octávio que relata que, tão logo assumiu a gestão, verificou o regimento do Conselho de Gestão e constatou que eram necessárias muitas correções de português, de redação, e que o texto não expressava o objetivo dos conselheiros no órgão, acrescentando que, por essas razões, foi feita essa proposta de alteração, que visa melhorar não somente a comunicação, mas também, a funcionalidade do Conselho. A dirigente Sandra relata que se todos os *campi* tem um Conselho de Gestão, deve haver uma base comum. O dirigente Wagner concorda com a dirigente Sandra, enfatizando a necessidade de se padronizar os regimentos desses Conselhos. A dirigente Sandra aponta um problema no artigo 15, solicitando que seja colocado entre parênteses as palavras (nominal ou secreto) a fim de dar ao texto a finalidade que o *campus* Colatina pretende. O dirigente José Orlandi apresenta os problemas enfrentados em sua gestão no *campus*, explicando as modificações que foram realizadas, e destaca que em nenhum momento se considera a

questão de votação, que dá um caráter deliberativo a um conselho que é somente consultivo. Assim, acrescenta que, durante as reuniões, são considerados os votos, mas não há uma votação formal, relata ser favorável as alterações propostas pelo *campus* Colatina e sugere a elaboração de uma comissão para se alterar o documento base, ou seja, a Resolução CS nº 63/2010. O dirigente Carnielli relata que anteriormente havia uma comissão que analisava as propostas de alterações de documentos de *campi* para que não houvesse divergência entre as propostas e a Resolução CS nº 63/2010, enfatizando a necessidade de se retornar com os trabalhos dessa comissão. A dirigente Sandra relata que, muitas vezes, os conflitos são gerados pela falta de interpretação aos documentos, enfatizando a impossibilidade de haver interpretação dúbia, e solicitando que todos eles sejam submetidos a uma revisão de português. O dirigente Edson manifesta sua posição em aprovar as alterações, enfatizando que uma votação passa um caráter deliberativo ao conselho, declarando que, no *campus* Cachoeiro de Itapemirim, é utilizado o termo “consulta” na própria convocação. O Presidente relata a existência de um documento modelo para todos os conselhos de gestão institucionais, solicitando que a dirigente Sandra, analise a proposta do *campus* Colatina em comparação com a Resolução CS nº 63/2010, para que se avalie a possibilidade de ser alterado. O dirigente Leandro sugere que os textos regimentais tramitem na assessoria processual e que a construção da proposta que foi incumbida à dirigente Sandra também tenha a participação da Assessoria Processual. O Colégio de Dirigentes manifesta-se favoravelmente à aprovação da alteração do Regimento do Conselho de Gestão do *campus* Colatina. O Presidente abre o **item 9** e passa a palavra para a servidora Míriam, que relata ser ocupante do cargo de enfermeira, lotada na Coordenadoria de Assistência à Saúde do Servidor – CASS, que é vinculada a DPG, e que, com a psicóloga Carla e a nutricionista Yassana, apresentarão a política de saúde e segurança. Relata que existia uma comissão anteriormente que tratava apenas da questão de segurança, mas que por motivos diversos não houve continuidade de seus trabalhos, dentre eles, a inexistência de responsável por promover alguns pontos. Diante desse cenário, relata que a CASS entendeu que deveria haver uma política que englobasse todos os servidores, por isso foi designada, em 2017, uma comissão para iniciar os trabalhos, composta por 8 técnicos e 4 docentes, explicando que a disparidade entre os segmentos se deve a áreas de atuação, por exemplo, nutricionista, psicóloga, etc. Relata que foram realizadas reuniões desde 10/2017, manifestando o cuidado de ter entre seus membros, servidores que não estão lotados em *campi* da Grande Vitória, exemplificando um engenheiro de Alegre, e professores de Piúma e de Montanha. Declara que o ponto de partida foi a minuta inicialmente elaborada pela comissão anterior, destacando o embasamento legal para a política, visto que há uma política federal e que, a partir de modelos de outras instituições, foi intuito da comissão institucionalizar essa política, enfatizando a existência de decretos, políticas de humanização, manuais de perícia, além de outros documentos que, de alguma forma, possam assistir o servidor. A psicóloga Carla relata que há uma legislação que respalda a elaboração da Política de Saúde, citando seus objetivos. A seguir, apresenta as fases que permitirão a implantação da política, destacando que, atualmente, os trabalhos encontram-se na elaboração da minuta. Relata que manteve contato com os *campi* para que haja, durante esse processo, um facilitador entre as demandas da comissão e os *campi*, apresentando, posteriormente, um cronograma de implantação, e destaca que uma professora da Ufes vai realizar capacitação sobre o tema. Apresenta as propostas de encontros regionalizados, englobando todos os *campi*, e destaca que, em relação aos facilitadores, foi feito contato com os *campi*, em fevereiro, pedindo indicação de servidores, mas que somente 3 *campi* encaminharam, por isso, a solicitação foi encaminhada novamente em março, mas ainda não houve retorno suficiente, e divulga os *campi* que já indicaram os facilitadores. A enfermeira Míriam destaca a importância dos facilitadores, explicando que os encontros serão realizados para que haja contribuição da comunidade acadêmica, e havendo embasamento legal,

estes serão incluídos na política. O diretor Octávio relata que foi feito um trabalho de pesquisa sobre a saúde de servidor, pelo menos no *campus* Colatina, trabalho esse solicitado pela reitoria, no entanto, acrescenta que nada mais foi divulgado, não se tem quaisquer informações sobre o andamento desse trabalho, enfatizando a necessidade de cuidado nessas ações, que podem passar uma imagem negativa da Instituição. A psicóloga relata que o trabalho realizado foi o CCVT, o QVT, que realiza esse estudo em virtude do planejamento estratégico. Ao ser questionada pelo dirigente Octávio, a enfermeira Míriam relata que no serviço público, em vez de Cipa, tem-se a Cispe, que é obrigatório por lei, destacando que a política vai abarcar essa comissão. O dirigente Hudson destaca que o trabalho dos dirigentes não é dos mais fáceis, justificando sua fala no fato de que somente nos últimos quinze dias, atendeu muitos servidores com sobrecarga de trabalho. Reconhece que umas das funções do dirigente é mediar conflitos e outros mais, no entanto, esses casos estão além de sua competência e solicita ajuda. A psicóloga Carla sugere que esses servidores sejam encaminhados à CASS, destacando que a necessidade de uma demanda oficial, ou seja, *e-mail*, memorando eletrônico, ou qualquer outro meio oficial. Enfatiza que é obrigação da chefia imediata notificar a equipe de saúde, sempre que tiver ciência que um servidor não está bem de saúde. O dirigente Gibson questiona se, durante essa comunicação, o servidor entender que foi um assédio. O diretor Johnathan questiona se a CASS foi comunicada, mas o servidor se nega a comparecer. A psicóloga Carla relata que, para ambos os casos, segundo o manual, a CASS deve ser informada, destacando que, caso o servidor se negue, pode-se aplicar sanções. Acrescenta que a legislação exige a comunicação, assim, a legislação é a própria proteção do dirigente, e destaca que, sobre a junta médica, os laudos atuais já tem sido emitidos com data de reavaliação, para aqueles que não possuem o dirigente pode solicitar, enfatizando que mesmo os laudos que possuem data, a reavaliação deve ser solicitada pelo dirigente do *campus* que cedeu o servidor. O Presidente relata que a questão da Junta Médica é um assunto que extrapola a exposição da Política de Saúde do Servidor, solicitando que esse assunto seja tema da próxima reunião do Colégio de Dirigentes. O dirigente Octávio destaca que é necessária uma audiência de um dia inteiro com a CASS. O diretor Wallace relata que foi alocado um horário no Fórum de Gestão de Pessoas para que o tema seja discutido, visto sua importância. A nutricionista Yassana convida a todos para mesa-redonda que será realizada no dia 27 na Reitoria, para discutir a violência contra a mulher e o assédio. O dirigente André questiona a obrigatoriedade do *campus* receber um servidor indicado pela Junta Médica. A psicóloga Carla relata que, normalmente, a Junta Médica não indica, visto que a lotação é responsabilidade do Reitor. O Presidente solicita que os dirigentes encaminhem suas dúvidas para a CASS para que elas possam ser discutidas na próxima reunião. O Colégio de Dirigentes manifesta-se favoravelmente à Política de Atenção à Saúde e Segurança no trabalho dos servidores do IFES. O Presidente abre o **item 10** e passa a palavra para o diretor Marcelo Teboldi, que relata que o primeiro assunto a ser tratado é um apelo aos dirigentes para a reestruturação da Audin, visto que houve processos de remoção e aposentadoria de servidores desse setor. Declara que atualmente só há dois servidores, e que a estruturação permitirá que a Audin trabalhe como uma auditoria colaborativa, que possa ser vista como um setor que aponta os gargalos institucionais e assim justifica o pedido para que, na medida do possível, forneçam à Audin dois servidores ou código de vagas. O Presidente salienta que, apesar de a Audin estar localizada na Reitoria, ela é um setor cujos serviços englobam todos os *campi*, por isso há uma responsabilidade institucional em se recompor sua força de trabalho, destacando ainda a importância desse setor diante às inúmeras auditorias externas que tem sido realizadas no Ifes. O diretor Marcelo relata que o *campus* Aracruz já cedeu uma servidora por 3 anos, Santa Teresa por 8 anos, bem como o *campus* Colatina. A diretora Walkyria destaca que o trabalho deve ter o caráter temporário, exemplificando que o contador do *campus* Santa Teresa está em cooperação

técnica com o IFSP, e sugerindo que seja realizado um rodízio entre os *campi* no fornecimento de mão de obra para a Audin. Reconhece que, embora seja um trabalho minucioso, sistemático e de grande importância institucional, relata que o *campus* não pode ficar desfalcado de um servidor, por isso sugere que a força de trabalho da Audin seja recomposta por servidores lotados em *campi* da Grande Vitória. Ao ser questionado pelo dirigente Gadioli a respeito do perfil dos profissionais, o diretor Marcelo responde que não se trata apenas de uma avaliação técnica, mas também e principalmente possuir um perfil comportamental que possibilite o servidor lidar com as demandas da Audin. O Presidente passa a palavra para o diretor Wallace que relata as conversas que a DGP tem realizado com as Pró-Reitorias, das quais se destacam a solicitação de maior transparência na divulgação das vagas disponíveis, acrescentando que, em função dessa demanda, tem se discutido a possibilidade de se disponibilizar em ferramentas virtuais para controle e divulgação, tais como o *google drive*. Destaca que o Pró-Reitor Luciano Toledo está em Brasília e vai aproveitar a estadia para verificar a disponibilidade das vagas do Ifes diretamente com Setec, explicando, posteriormente, as consequências institucionais com a publicação tanto do Decreto 9.262/18 e da Lei nº 13.473 de 8/8/2017 que dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2018. Relata que a DGP teve algumas interpretações sobre as determinações legais, pelas quais as vagas que estão desocupadas não poderiam ter provimento imediato, caso não estivessem previstas no edital, enfatizando que as vacâncias de 2018 só poderiam ter provimento em 2019, dependendo de disponibilidade orçamentária. Declara que há outra frente de entendimento pela qual a previsão de provimentos de técnico-administrativos e docentes, determinados pela portaria 109, possibilita o provimento para 2018, visto que, por causa dessa portaria, a Setec não se enquadraria nas restrições do decreto 9.262/18. Enfatiza as conversas com a Setec a respeito do provimento 2018 que teria como base a ampliação do banco de professores e técnico-administrativos, em que alguns cargos seriam providos em 2017 e outros em 2018. O Presidente divulga um movimento do Fórum dos Gestores sobre a interpretação da portaria 109, destacada pelo diretor Wallace, enfatizando que na próxima reunião do Conif serão tratados a discussão jurídica sobre os limites da portaria 109 e também a ampliação do banco para a Rede, em aproximadamente, mais 1.500 vagas. Enfatiza que até abril é necessária uma decisão, visto que 2018 é um ano eleitoral, acrescentando que esse movimento engloba muitas instituições, dentre elas, as universidades. O diretor Wallace relata que o argumento do Ifes é que, se a Instituição é regida pelo banco de vagas, por qual razão os provimentos estão suspensos em virtude de decretos específicos. O diretor Marcelo Teboldi, em resposta a dirigente Maria Valdete, relata que não se pode prover vacância em função de aposentaria, e acrescenta que os cortes não se restringem à proibição de cargos novos, mas também aos já existentes no quadro. A dirigente Edna manifesta sua preocupação com essa situação que, infelizmente, atinge os alunos do *campus* Viana, visto que não há servidor para trabalhar na biblioteca, a partir do afastamento da responsável por motivo de saúde. Relata também o recebimento de vagas de nível C distribuídas pelo Pró-Reitor Luciano, mas que foram trocadas com o *campus* Montanha. A servidora Líssia relata que o recebimento se deve ao fato de que os candidatos aprovados em concurso não aceitaram a lotação em Montanha, e nesse ínterim, foi publicado o decreto 9.262/18, impedindo novas nomeações. O Presidente destaca o enorme trabalho que tem sido feito independente dessas barreiras, solicitando que se algum dirigente, na medida do possível e provisoriamente, puder emprestar uma bibliotecária ao *campus* Viana, será um ato que ajudará em muito os alunos do *campus* Viana. A dirigente Walkyria questiona se, nesse contexto de incertezas e indefinições, tanto a redistribuição quanto o aproveitamento de concursos de outras instituições poderiam ser utilizados para a recomposição do quadro. O diretor Wallace responde que não pode realizar provimento por causa das legislações, e que no caso de aproveitamento, a Ufes utiliza o do Ifes

e vice-versa, desde que seja para a mesma carreira. O dirigente Octávio destaca que um procurador de uma Instituição do Rio de Janeiro entende que não é possível realizar a redistribuição com uma vaga do *campus* Colatina, pois ele não tem certeza que o código de vagas poderá ser utilizado. Acrescenta que a procuradoria do Ifes se manifestou favorável, mas, que mesmo assim, não foi possível convencê-lo. A dirigente Maria Valdete questiona a possibilidade de nomear vaga em concurso vigente na área de educação em função de aposentadoria. A servidora Líssia esclarece que o MPOG não definiu se as instituições de educação estão enquadradas na lei orçamentária, em caso afirmativo, não é possível nomear. A dirigente relata que o concurso para professor substituto em inglês expira em 28 de março, e que, embora haja determinação para que as contratações de substitutos ocorram no início do mês, é necessário recompor o quadro de professores na área. O diretor Marcelo relata que não é proibição mas sim uma recomendação, visto que contratações de substitutos no final do mês, geram multa na Gefip. O Presidente abre o **item 11** e passa a palavra para a Pró-Reitora Adriana, que relata que havia esperança de se contratar profissionais de nível médio para o atendimento especializado; no entanto, por causa do decreto já citado, somente é possível a contratação de profissionais de nível superior. Relata o contato com o Fonape para verificar quais os profissionais podem ajudar no atendimento aos alunos, acrescentando que, a partir do entendimento do MPOG, todas as instituições estão na mesma situação. Relata a elaboração de um estudo para se contratar uma empresa que possa realizar esse serviço, a partir do custeio do *campus*, mas enfatiza que, enquanto esses estudos não são efetivados, a Instituição deve criar soluções para atender emergencialmente os alunos. O dirigente Hudson relata que fez uma consulta para que a contratação fosse realizada via Facto, mas que a procuradoria se manifestou negativamente sobre essa alternativa. O dirigente Aloísio Carnieli sugere que se os profissionais da APAE sejam procurados pois eles têm sido muito solícitos com o *campus* Venda Nova do Imigrante. Sobre a portaria 17, a Pró-Reitora relata que ela está em vigor, e que institucionalmente ainda não foi possível concluir a regulamentação, e que uma comissão interna foi designada com essa finalidade. Acredita que até o fim do primeiro semestre o trabalho seja finalizado, destacando também que a partir da exigência de se publicar os Pits dos professores, há uma conversa com a ACS sobre a melhor forma de fazê-lo. Relata que a reforma do ensino médio tem gerado muitas discussões, acrescentando que foi homologada a base do ensino fundamental, sendo que a do ensino médio ainda não está finalizada, destacando que, quando acontecer, o Ifes terá um ano para planejar e até cinco anos para implementar. A partir do questionamento da dirigente Walkyria, a Pró-Reitora Adriana destaca que o Fórum dos Diretores de Ensino defende o médio integral, mas que alguns enquadramentos serão necessários. Ressaltando que, inicialmente, o Ifes não fará alterações, e quando a base for homologada, grupos de estudos serão criados para verificar a viabilidade de implantação. Declara que, a respeito da reformulação da base curricular, a Proen está elaborando uma normatização para a atualização dos PPCs que deverão estar disponíveis no site, ressaltando que não é uma padronização, mas sim uma orientação normativa. Assim, conclui que aqueles *campi* que tiverem necessidade urgente de fazer alterações no PPC devem estar cientes que deverão em breve fazer uma adaptação, visto que, pelo planejamento, dentro de um ano deve-se alterar definitivamente os PPCs. A dirigente Walkyria questiona se a comissão do PIT também está analisando as particularidades da pesquisa, extensão e carga horária administrativa. O Presidente responde que essas questões estão sendo analisadas e possivelmente devem ser alteradas. A dirigente Walkyria, ao relatar a designação para uma comissão de um servidor do *campus* Santa Teresa sem a anuência da Direção-Geral, declara que o diretor precisa ser informado sobre a indicação de servidores do *campus* para comissões da Reitoria. O Presidente declara que essa situação foi um erro, e relata que nada foi feito, desde o início de sua gestão, sem antes consultar os dirigentes, acrescentando que sempre questiona os servidores sobre a ciência e

anuência dos diretores sobre assuntos como este. O dirigente Octávio relata que a diretora de ensino do *campus* Colatina entende que a Reitoria está trabalhando sobre a normatização das diretrizes da portaria 17 e que a partir dela, cada *campus* faria o seu regulamento. A Pró-Reitora Adriana esclarece que a determinação parte do MEC, enfatizando que, onde se há a possibilidade de haver uma regulamentação interna, ela será feita, mas que englobe toda a Instituição. Anuncia que a certificação do ensino médio não serão realizadas a partir do Enem e sim pelo Enceja, acrescentando que, quando foi divulgado no Ifes, 13 *campi* manifestaram o desejo de serem certificadores. Relata que houve muitos questionamentos, mas destaca que é um serviço realizado para a sociedade, e que, infelizmente, gera muitas demandas, visto que a emissão é justamente na época do Sisu, fato que impossibilita o encaminhamento do aluno certificado aos cursos do Ifes via Sisu. Esclarece que a impossibilidade de deixar de ser certificador é uma decisão do Reitor, ressaltando que foram certificadas mais de 1.700 pessoas. Declara que, em virtude da grande quantidade de demanda, o *campus* Vitória solicitou que a certificação esteja vinculada ao local de residência do aluno, no entanto, o MEC se posicionou contrário a essa proposta, reiterando que o aluno pode solicitar a emissão do certificado em qualquer unidade. Relata que alguns procedimentos estão sendo elaborados junto com a Prodi para minimizar o trabalho dos *campi* na emissão dos certificados, exemplificando a possibilidade de o aluno não passar pelo CRA, evitando assim qualquer aglomeração e tumulto no setor. Nada mais a tratar, o Presidente declara encerrada a reunião. Eu, Alessandro Gonçalves de Assis, lavrei a presente ata, que será submetida à aprovação de todos os presentes.